

O USO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

Michelle Mayra Palmeira Cordeiro

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Discente do Curso de Especialização em Educação Inclusiva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

Rúbia Kátia Azevedo Montenegro

Mestre em Ciências da Educação pela Instituto de Ensino Superior Lúcia Dantas – ISEL
Orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

RESUMO: O conhecimento e a utilização dos princípios da Análise do Comportamento Aplicada – ABA na Sala de Recurso Multifuncional – SRM tem apresentado significativos resultados na aprendizagem dos estudantes com deficiência, e esta pesquisa objetiva identificar as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes com autismo, que frequentam a SRM, e elaborar intervenções baseadas na ABA e, assim, suprir tais dificuldades; para isso, foram utilizadas atividades individualizadas respeitando suas necessidades e potencialidades.

Palavras-chave: Sala de Recurso Multifuncional. Análise do comportamento Aplicada. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos o termo autismo foi utilizado de maneira “equivocada”, de maneira que com o avanço das pesquisas houve alterações e o conceito passou por diversas vertentes. Em 2013, com a atualização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V, surgiu uma nova classificação para este transtorno, agora chamado de Transtorno do Espectro Autista – TEA que os antigos diagnósticos denominavam de Autismo Infantil, Autismo Atípico, transtorno Desintegrativo da Infância, Síndrome de Ásperger e Transtornos Globais do Desenvolvimento sem Outra Especificação.

As definições utilizadas pela APA (2013, apud ZANON et al, 2014, p. 25) vão ao encontro com as concepções já mencionadas.

as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p. 25).

Cada indivíduo diagnosticado com TEA encontra-se em diferentes níveis do transtorno, classificando-se em leve, moderado e severo. Assim, não se pode homogeneizar o sujeito, um diagnóstico, pois cada ser é único.

A relação da criança com a escola tem sido uma das estratégias usadas para que pessoas com TEA possam demonstrar mudanças no âmbito comportamental e da aprendizagem, o que torna a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM um espaço no qual o(a) educador(a), com formação específica, utiliza diversos recursos pedagógicos para desenvolver as habilidades ainda em déficit.

O projeto teve como objetivo geral realizar intervenções com estudantes diagnosticados com TEA, que frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Municipal Elpídio Virgínio Chaves, localizada no bairro João XXIII, Pau dos Ferros – RN, e como objetivos específicos: identificar as principais dificuldades dos estudantes relativas à aprendizagem, elaborar intervenções baseadas na ABA, aplicar as intervenções com os estudantes com TEA que frequentam a SRM.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Elpídio Virgínio Chaves funciona nos turnos matutino e vespertino, atendendo aos segmentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). O espaço físico é composto por 04 salas de aula, uma diretoria e secretaria (no mesmo espaço), uma cantina, uma dispensa, uma Sala de Recursos Multifuncionais, 3 (três) banheiros. O planejamento pedagógico acontece semanalmente, oportunidade em que docentes e coordenação pedagógica estudam, discutem e planejam as aulas, tomam decisões coletivas, visando sempre a uma educação inclusiva e participativa.

O presente projeto tem como problemática descobrir como os estudantes diagnosticados com TEA podem se beneficiar no processo de ensino e aprendizagem com princípios da análise do comportamento aplicada – ABA. Justifica-se a relevância da temática e suas contribuições para o campo de estudo, visto que, no decorrer de minha atuação profissional, foi observado que os princípios teóricos inerentes à pedagogia, não são suficientes e eficazes para o desenvolvimento do trabalho na Sala de Recursos Multifuncional para estudantes com TEA.

Considerando que nos últimos 10 anos o autismo ganhou ênfase e vem sendo bastante discutido no cenário educacional, é relevante compreender como os docentes podem atuar no processo de ensino e aprendizagem visando à melhoria do desenvolvimento da criança, utilizando a ABA para isso, e, apoiando-se nos recursos pedagógicos existentes na sala de recursos para inserir a criança com autismo no contexto social, reduzindo ao máximo os impactos decorrentes desse transtorno.

Como resultados palpáveis, comprovamos que este projeto de intervenção facilitou o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA. Para além disso, acreditamos que possa subsidiar futuros estudos sobre a temática, fomentar novas pesquisas e influenciar na didática de docentes que tenham acesso ao presente conteúdo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial no Brasil fundamenta-se filosoficamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal (1988), na Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (1989), no Plano Decenal de Educação para Todos (1993), na Declaração de Salamanca (1994), no Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), entre outros. Assim, no Brasil, as primeiras iniciativas oficiais de atendimento educacional para as pessoas com deficiência tiveram ênfase no século XXI, a partir da criação de instituições que hoje contam com legislações específicas para garantir o acesso e educação para todos.

Uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi a Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2012). A sala de recursos complementa ou suplementa a formação do estudante, visando à sua autonomia dentro e fora escola dela e, portanto, é parte integrante do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e deve adaptar-se para atender a todo o público que dela necessitar.

Para Santos (2004, p.1), por educação inclusiva entende-se os esforços empreendidos pela instituição educacional no sentido de “minimizar, ou eliminar, as barreiras que estudantes podem sofrer e que os impeçam de participar plenamente da vida acadêmica devido à desvalorização de suas diversidades oriundas de diversas ordens”. Desse modo, a inclusão deixa de ser uma mera situação cobrada pelos sistemas de ensino e passa a ser um direito real e garantido, exigindo da escola e seus membros formação continuada para lidar com as especificidades de cada estudante, principalmente do autismo, devido à sua singularidade do transtorno, que chega a atingir, atualmente, 2% da população mundial.

Sasaki (2006) diz que o setor educacional tem o papel de possibilitar e oferecer alternativas para que as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter oportunidades de se reintegrar através da participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

Para tanto, surge o conceito de necessidades educacionais específicas, segundo o qual, as escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, independentemente de suas deficiências, quer sejam físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. É fundamental, todavia, que se tenha em mente, que a educação de estudantes com deficiência pode ocorrer tanto na escola comum, quanto na especial.

Dessa maneira, a escolha pela escola dar-se-á de acordo com o estado em que o estudante reside, pela opção da família, levando-se em consideração as necessidades educacionais de cada indivíduo e observando os serviços ofertados na comunidade. O que deve subsidiar a opção da escolha é a análise das oportunidades que o(a) estudante terá no espaço escolhido, e não seu diagnóstico, o estigma de deficiente.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os ‘alunos’ (sic) com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos (sic) passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento (BRASIL, 2004, p.30).

Para que a inclusão nas escolas possa realmente acontecer, necessita-se de algumas ações, quais sejam: formação continuada dos docentes, ajustes necessários no projeto político-pedagógico, uso de novas tecnologias, presença de um mediador de aprendizagem para o estudante que necessite, os educadores conhecerem os educandos de forma integral, criação de espaços de cooperação, o trabalho com conceitos de respeito e singularidades, e, principalmente a existência da parceria entre escola e família. Tais estratégias não garantem a inclusão de fato, mas são opções de caminhos para que aconteça, pois, a utilização de estratégias inovadoras com a participação ativa dos educandos, aulas mais atrativas e significativas farão com que o ambiente escolar seja mais acolhedor e atrativo.

2.2 O AUTISMO

O termo autismo vem do grego *autos*, que quer dizer próprio, ou seja, viver em torno de si mesmo; desse modo, a palavra se refere à inabilidade de constituir relações sociais. A categoria do autismo começou a ser estudada pelo psiquiatra Leo Kanner (1943), que utilizou esse termo após observar onze crianças consideradas com “Autismo Infantil Precoce”, as quais apresentavam sintomas como solidão extrema, incapacidade de se relacionar com as pessoas e alterações de linguagem.

Enquanto Kanner pesquisava sobre autismo, o médico austríaco Hans Asperger analisava crianças com um quadro semelhante ao proposto por ele. Porém, os indivíduos analisados mantinham como característica a presença da intelectualidade e maior capacidade de comunicação. Asperger, desse modo, intitulou sua pesquisa como psicopatia autista (CUNHA, 2012).

Com a evolução de estudos a respeito do tema, esses comportamentos começaram a ser notados ainda no começo da vida da criança. Hoje, o autismo não é mais considerado um tipo de psicose, nem esquizofrenia. Na década de 80, recebeu a nomenclatura de Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – TID e marcada pelo início precoce de atrasos e desvios no desenvolvimento das habilidades sociais e comunicativas (BRASIL, 2012).

Para Camargos *et al* (2005), o autismo é um conjunto de características que fazem parte de um único quadro; desse modo, conceitua-se essa alteração no desenvolvimento de uma modificação evolutiva podendo ser manifestada através da dificuldade na comunicação tanto verbal quanto gestual, alterações no comportamento social e por um contínuo repertório de atividades repetitivas. Suas manifestações surgem antes dos três anos de idade e vêm desde o nascimento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que, em todo o mundo, uma em cada 160 crianças tenha o transtorno. Essa condição atinge aproximadamente 0,05% da população, e a ocorrência de novos casos é mais comum no sexo masculino, na razão de três pessoas do sexo masculino para uma do sexo feminino afetada.

As características mais comuns nas pessoas com TEA são: presença de estereotípias, que podem ser motoras ou verbais, andar nas pontas dos pés, repetir uma frase ou palavras que ouviu imediatamente ou em momento passado (ecolalia). Caracterizam-se por serem rotineiros e ritualistas, apresentam interesses fixo e restrito: hiperfoco por um assunto ou objeto; podem apresentar também alterações sensoriais, hipo ou hipersensibilidade ao barulho, à luz, à dor, etc.

Camargos *et al* (2005), na Cartilha dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, afirma que as pessoas com autismo apresentam déficit na linguagem e na compreensão, têm pensamento simbólico e limitado, devido a teoria da mente não ser desenvolvida, o que os impede de criar fantasias, entender piadas ou metáforas.

Para a Classificação Internacional de Doenças – CID-10, o indivíduo com esse transtorno pode ser definido:

pela presença de desenvolvimento anormal e/ou comprometimento que se manifesta antes da idade de 3 anos e pelo tipo característico de funcionamento

anormal em todas as três áreas de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo (CID-10, 2011, p. 247).

Tais características também podem ser acompanhadas por outras mais, a exemplo de: seletividade alimentar, dificuldades para dormir, problemas gastrointestinais, excesso ou falta de filtro social, o que leva o indivíduo a ter medo aumentado de pessoas estranhas, tendência a não olhar nos olhos, entre outras características.

2.3 A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E A ABA

Os estudantes que frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais, na qual foi realizada a intervenção, apresentam comportamentos diferenciados, de acordo com cada grau de autismo em que se encontram. As crianças variam nos níveis 1 e 2 e, conforme APA (2014), possuem necessidades diferentes, de maneira que as atividades são elaboradas em consonância com as necessidades específicas de cada estudante.

Os níveis de comprometimento do TEA podem ser classificados em 3, conforme explica a imagem a seguir:

Figura 01 - Diferenças nos níveis de suporte no TEA



FONTE: adaptado de APA, 2014.

O fazer pedagógico deve propor o entrelace das relações sociais junto às estratégias de ensino no contexto da sala de aula regular e da Sala de Recursos Multifuncionais. Nesse espaço específico, faz-se necessário que o professor considere as particularidades dos(as) estudantes

com TEA, uma vez que tomando conhecimento sobre isso terá indicadores de como se planejar e materializar práticas pedagógicas, a fim de possibilitar as aprendizagens desse estudante no contexto da escola inclusiva. A Sala de Recursos Multifuncionais – SRM é o espaço da escola que acolhe e permite que o docente e o estudante estabeleçam uma conexão que, além de promover aprendizagem, também intervém no desenvolvimento biopsicossocial.

Maciel e Filho (2009) consideram relevante que o educador da SRM utilize abordagens pedagógicas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem do estudante com TEA, a partir do que lhe é mais atrativo e, dessa forma, a troca de informações com o educador da sala regular, com quem o educando tem mais contato pelo tempo de permanência, deve ser diária.

A teoria comportamental, a qual engloba a abordagem ABA, busca conhecer e prever o comportamento desde a sua origem até as suas influências nas práticas clínicas. A teoria comportamental criada por Skinner abrange de forma destacável o comportamento respondente e o comportamento operante. Nessa abordagem surge o condicionamento, responsável pela repetição ou não de respostas através de estímulos e envolve uma série responsável por estímulos vinculados ao tipo de reforço utilizado, como por exemplo, o estímulo discriminativo (WILLHELM et al, 2015). Ambos os comportamentos, respondentes e operantes, são mutáveis e encaixam-se muito bem para os pais de crianças autistas, uma vez que ajudam na obtenção de comportamentos desejáveis.

É possível observar que há inúmeras possibilidades e metodologias de treinamento para manejo de problemas relativos a dificuldades de aprendizagem e comportamentos de estudantes autistas, mas a ABA tem sido a mais indicada e difundida entre os cientistas, pela eficácia comprovada dos seus resultados; por isso, optamos por utilizar a ABA como abordagem interventiva, visando resultados positivos quanto aos objetivos estabelecidos.

3 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Considerando o perfil dos estudantes com autismo que frequentam a SRM da escola campo da pesquisa (Figura 2), em que se fez a intervenção e que estes variam em níveis de comprometimento do transtorno, foi percebida a necessidade de buscar uma proposta de intervenção inclusiva e relevante para todos os(as) estudantes. Dessa forma, o objetivo da intervenção foi proporcionar benefícios para o processo de ensino e aprendizagem das crianças com autismo na Sala de Recursos Multifuncionais mediante o uso da ABA no processo de ensino e aprendizagem.

Figura 02 - Fachada da Escola campo do estágio.



CRÉDITO DA IMAGEM: Pesquisadora (2021).

Para facilitar a comprovação da evolução dos estudantes e da eficácia da intervenção pela abordagem escolhida, foi produzida uma ficha de acompanhamento contendo as atividades realizadas, a data da realização e o tipo de ajuda que necessitaram. Para tanto, o percurso metodológico incluiu a intervenção direta na Sala de Recursos Multifuncionais, sendo 3 vezes na semana, no período de quatro semanas, visto que foram necessárias algumas horas para avaliação e aplicação das atividades escolhidas de acordo com o déficit apresentado.

A metodologia utilizada baseada na ABA – Análise do Comportamento Aplicada, que segundo Braga-Kenyon *et al* (2005), dispõe dos princípios do comportamento para formar repertórios socialmente consideráveis ou comportamentos desejáveis, foi a utilização de reforços positivos, realização de atividades específicas, as quais mantiveram os(as) estudantes concentrados e ativos no processo de aprendizagem.

Existe a compreensão de que é fundamental a introdução de contingências positivas na educação posto que elas podem aprimorar o comportamento dos(as) estudantes com autismo em sala de aula. A ABA pode ser aplicada por profissionais com conhecimento sobre análise do comportamento, assim como professores(as) que podem apresentar um trabalho de competência em sala de aula regular ou na sala multifuncional, baseados(as) nessa análise, facilitando, assim, o desenvolvimento e evolução do público alvo atendido.

Nessa perspectiva, para a realização da avaliação, utilizamos material concreto da própria escola, bem como material produzido exclusivamente para esse fim, somando-se a brincadeiras, brinquedos e jogos com caráter pedagógico avaliativo. Foram utilizados: alfabeto móvel, números, figuras de categorias diferentes, boneca, carro, formas geométricas, livros

paradidáticos, pegadores de roupa, pintinho de brinquedo, material didático do próprio estudante, como caderno, lápis e livros. Seguindo um dos princípios da ABA, no processo final de cada atividade realizada, o estudante era reforçado de modo a garantir o seu engajamento nas atividades.

A atividade avaliativa foi feita de forma processual e contínua, com observação no tocante à evolução do estudante ao longo do período da intervenção. Para que a criança com autismo alcance o critério de aprendizagem estabelecido, sabemos que é essencial a repetição, por diversas vezes, das tentativas de ensino; assim, em todas as respostas apresentadas pelos estudantes foi registrada melhor compreensão do desenvolvimento e evolução.

Na etapa final da intervenção e com base nos dados coletados, foram criados Programas de Ensino Individualizado para cada estudante investigado, e entregues aos seus respectivos professores da sala regular, com o objetivo de facilitar tanto o processo de ensino, quanto o de aprendizagem.

Acerca dos resultados da intervenção, há a constatação de que novas aprendizagens e novos comportamentos foram alcançados. Os(as) estudantes passaram a realizar as atividades propostas com o mínimo de ajuda possível, apresentaram também comportamento social adequado (os que apresentavam dificuldades) e passaram a seguir instruções, quando solicitados(as).

A intervenção possibilitou que as atividades propostas produzissem resultados eficazes nos âmbitos do desenvolvimento, comportamento e aprendizagem; contribuiu, ainda, para o processo de inclusão escolar dos(as) estudantes com TEA, nas salas de aulas regulares e proporcionou a esse público equidade e, por conseguinte, efetivando na prática o que tanto se debate na teoria.

Figura 03 – Atividades realizadas.



CRÉDITO DA IMAGEM: Pesquisadora (2021)

Nesse viés, também é esperado que os resultados obtidos contribuam para pesquisa de outras pessoas interessadas na temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das intervenções, os(as) estudantes público-alvo da pesquisa, puderam experimentar e construir novos conhecimentos a partir da utilização dos princípios da ABA, quais sejam: utilização do reforço positivo e negativo, aprendizagem sem erros, fazendo com que tais habilidades fossem desenvolvidas de forma significativa e contextualizada, considerando suas particularidades e seus conhecimentos prévios, de forma prazerosa.

Sabemos que o AEE visa criar condições para que o(a) estudante com deficiência possa alcançar os objetivos propostos pela escola, e que se esse trabalho for efetivado de forma coerente, produzirá inúmeros benefícios ao processo de inclusão.

Vale ressaltar que a prioridade neste trabalho foi verificar a efetividade da ABA na SRM visando expandir os resultados e construir conhecimentos sobre a abordagem para os demais professores da sala regular, como forma de enriquecer suas metodologias e promover a inclusão dos(as) estudantes com deficiência nas práticas diárias desenvolvidas em suas salas de aula.

REFERÊNCIAS

APA, American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRAGA-KENYON, Paula; KENYON, Shawn E; MIGUEL, Caio F. **Análise do Comportamento Aplicada (ABA)**: um modelo para a educação especial. In: CAMARGOS, Walter Junior. et al. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3º Milênio**. 2 ed. Brasília: CORDE, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.664, de 27 de dez. de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Brasília, [DF], dez 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 08 de maio. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica**. Brasília: MEC/SEESP, 2004

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA **CID - 10**. Artmed, São Paulo, 2011.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4 ed. Rio de Janeiro, 2012.

DSM-V, American Psychiatric Association - **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais**, 5ªed. Artes Médicas, 2013.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*. 1943.

MACIEL, Mariene Martins; FILHO, Argemiro de Paula Garcia. **Autismo: uma abordagem tamanho família**. In: DÍAZ, F., et al. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 224-235.

MARQUES, Daniela Fernandes. **Aprimoramento e evidências de validade do protocolo de observação para crianças com suspeita de transtornos do espectro autista: um estudo preliminar**. Rio Grande do Sul, 2010.

SANTOS, Laerson Soares dos; DIAS, Cassia Maria Lopes Dias; NOVO, Benigno Núñez. **O uso do treinamento parental como técnica interventiva em crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na cidade de Teresina, estado do Piauí, Brasil**. Piauí, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, Sandra Francisca da; ALMEIDA, Amélia Leite de. **Atendimento Educacional Especializado para Aluno com Autismo: Desafios e possibilidades**. Florianópolis, 2012.

WILLHELM, Alice Rodrigues; FORTES, Paula Madeira; PERGHER Giovanni Kuckartz. Perspectivas atuais da terapia cognitivo-comportamental no tratamento dos transtornos alimentares: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2015.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara e BOSA, Cleonice Alves. **Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais**. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2014, vol.30, n.1 [cited 2020-11-19], pp.25-33.